A Lingüística no Museu Nacional: O Papel de Luiz de Castro Faria

YONNE LEITE

Em 1963, na conferência pronunciada na VI Reunião Brasileira de Antropologia, ao avaliar o desenvolvimento das diversas áreas da Antropologia no Brasil diz Luiz de Castro Faria sobre a Lingüística: "Talvez em nenhum outro setor se possa identificar com tanta segurança os marcos que assinalam o progresso realizado nesse decênio" (*Revista do Museu Paulista* n.s. vol. XVI pp. 17-37, 1963).

Com a lucidez e o espírito crítico que lhe são característicos expõe os entraves e mazelas que por anos impediram o crescimento mais compassado da disciplina e enumera o que foi conquistado lenta e paulatinamente. Entre um dos fatos significativos para o novo estado de coisas ressalta que "Em 1958 já se tornava possível estruturar devidamente um Setor Lingüístico na Divisão de Antropologia do Museu Nacional (idem. p. 27).

Não diz, porém, que essa possibilidade foi por ele aberta, por ele pensada e, com seu amigo Prof. J. Mattoso Camara Jr., cuidadosamente estruturada. Se o Setor de Lingüística do Departamento de Antropologia se tornou uma realidade e é hoje ainda atuante — neste País em que as iniciativas inovadoras florescem e com incrível rapidez fenecem — muito deve ao espírito aberto com que foi idealizado, alheio a modismos e infenso a personalismos.

De 1963 a 1983 muita coisa mudou na Universidade brasileira e conseqüentemente no Museu Nacional. Cumpre, pois, repensar o que foi feito e qual é o estado da arte da Lingüística Indígena hoje e como ela se atualiza no Setor Lingüístico.

A melhor homenagem que podemos prestar ao Professor Luiz de Castro Faria, ao completar seus 70 anos, é fazermos uma ava-

[illegible]ação justa, sem encômios, própria a sua natureza de dizer veementemente a *sua* verdade, jamais desculpando o mal-sucedido, o errôneo e o equivocado.

Iniciaremos com um breve histórico dos estudos de lingüística indígena para depois discutirmos as relações entre a Lingüística e a Antropologia.

BREVE HISTÓRICO

A exposição será fixada em duas fases: de 1958 a 1970 e de 1970 a 1984. Esses marcos foram estabelecidos por dois fatos que nos pareceram significativos e divisores :a fundação do Setor de Lingüística (1958) e o surgimento da pós-graduação (1970) com seu crescimento em várias Universidades.

1.ª Fase: 1958 a 1970

Antes de 1958, como bem asisnalou Castro Faria na sua mencionada conferência, o estudo de línguas indígenas estava voltado para o passado. Exercia-se, de modo bastante insatisfatório na chamada Cadeira de Etnografia e Língua Tupí dada nos curso de Antropologia. De língua pouco se dava e, quando se estudava, o foco era o Tupí antigo, a toponímia, trabalhos que tinham mais uma visão filológica, para o estabelecimento de etimologias e raramente voltada para as línguas vivas em seu uso atual. O nome da disciplina em si traduzia um equívoco: importante seriam apenas as línguas tupí. As outras eram estudadas por eruditos interessados. O exemplo célebre dessa época é o estudo de Capistrano de Abreu sobre os Kaxinawá.

O Setor de Lingüística foi criado numa outra perspectiva: "o estudo, as pesquisas e o tombamento das línguas indígenas brasileiras e dos falares regionais brasileiros". No entanto, só se dedicou, de fato, desde seu início, às línguas indígenas, nada tendo feito com relação aos falares regionais. Não privilegia qualquer grupo, não determina uma forma de trabalho, apenas a preocupação com a pesquisa sincrônica intensiva voltada para uma futura comparação com fins de classificação genética ou tipológica.

Foi, pois, uma das tentativas de se fazer um estudo sistemático das línguas indígenas em sua forma atual de modo a propiciar um conhecimento efetivo e integrado dessa parcela da realidade lingüística brasileira.

Evidentemente não havia um quadro de profissionais nacionais preparado para essa tarefa e o recurso usado foi de contar com o concurso sistemático, através de convênio, do Summer Institute of Linguistics.

O avanço inicial foi realmente impressionante: de 1958 a 1970 cerca de 30 línguas foram pesquisadas e relatórios sobre cada uma delas eram periodicamente produzidos. O Summer também nessa época forneceu, aos poucos interessados que acudiam ao Museu Nacional, um treinamento básico para a pesquisa de campo com línguas ágrafas.

Durante esse período foi o Setor de Lingüística coordenado, a convite do Prof. Castro Faria, Chefe do Departamento, e supervisionado graciosamente pelo Prof. J. Mattoso Camara Jr., que aqui encontraria o ambiente de reconhecimento que lhe fora negado em outro órgão universitário.

O Museu Nacional era então uma instituição voltada exclusivamente para a pesquisa. Não havia cursos sistemáticos e formais. O aprendizado era feito através do engajamento do interessado, na condição de estagiário, na pesquisa de um dos professores. Cursos eram esporádicos, visando a atender às necessidades de um grupo, os poucos alunos acompanhando o Professor em sua viagem ao campo. Exemplo dessa fase é o livro de Mattoso Camara *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*, fruto de um curso dado em colaboração com Sarah Gudschinsky para a equipe do Departamento de Antropologia e alguns interessados do qual foi aluno assíduo e atento Luiz de Castro Faria.

O convívio com os demais integrantes do Departamento de Antropologia era, então, intenso. Número pequeno de professores, número pequeno de estagiários, palestras semanais no Auditório do Museu Nacional com a finalidade de integrar os trabalhos de cada Divisão, sabendo-se o que se passava, o que se pesquisava e o que se pensava. Cumpre assinalar que, antes da regulamentação do tempo integral nas Universidades Federais, já no Museu Nacional se trabalhava as 40 horas por semana. Também foi uma tradição da casa a alocação de espaço para permanência, assim como as saídas prolongadas a pesquisa de campo, de seus professores e estagiários. O Museu Nacional podia ser entendido como uma instituição auto-suficiente possuindo carpinteiros, pintores, tipografia, vasta biblioteca, laboratório de fotografia, além de rubrica própria em orçamento. O Setor de Lingüística tinha seus gravadores, adquiridos durante a gestão de Castro Faria, o Departamento tinha

suas máquinas fotográficas e material adequado para a pesquisa de campo.

Em 1968, inicia-se a pós-graduação em Lingüística no Museu Nacional. Passara, então, a integrar seus quadros, na categoria de bolsista, o Prof. Aryon Dall'Igna Rodrigues, vindo da Universidade de Brasília, onde montara a primeira pós-graduação em lingüística do País, e que se vira obrigado a abandonar o empreendimento devido ao rumo político que tomara o País em 1964.

Continuou-se a contar com a colaboração dos membros do Summer Institute of Linguistics, tanto na tarefa de tombamento das línguas indígenas quanto na nova função de professores de cursos de pós-graduação.

O mercado em Lingüística foi imaginado muito dentro do espírito vigente na instituição: o do preparo para pesquisador. O que sempre singularizou o trabalho com línguas indígenas no Setor de Lingüística do Museu Nacional o estudo feito *in loco*, a ida ao campo para a coleta de dados, a vivência com outras populações, o envolvimento em seus dramas e em seu destino, um enorme apego aos dados, aos dados de primeira mão, e um tipo de formação que valorizava acima de tudo uma metodologia para se depreender as gramáticas das línguas ágrafas. Aprendia-se lingüística fazendo-se lingüística, longos e cansativos exercícios de fonética, instigantes problemas de fonologia, morfologia e sintaxe. A teoria era sentida e experimentada em cada um dos seus passos não apenas relatada e memorizada. Foi essa prática que norteou o curso de pós-graduação em seus primeiros dois anos.

Havia, sem dúvida, a predominância de um modelo, o da tagmênica pikeana. Mas não sua exclusividade, pois aqui foram dados cursos de introdução a gramática transformacional, de etnolingüística, de metodologia do ensino português. Havia sempre o espaço aberto para o estudo de línguas indígenas, com cursos intitulados Trabalho de Campo, que tinham um informante indígena. Sem dúvida prevalecia um tipo de estruturalismo norte-americano, altamente empirista, mais técnico do que teórico.

A meu ver, o que singularizou os trabalhos em línguas indígenas dessa época foi a produção a uma gramática de superfície em camadas estanques que não ultrapassava muito o nível fonológico.

Esse modo de fazer lingüística, a marca que ficou desse período, é por alguns denominado em nossos meios de "modelo Museu Nacional" (cf. B. Franchetto e Y. Leite — A concepção dos lingüistas

Lingüística e Responsabilidade Social. Cadernos de Estudos Lingüísticos 4, UNICAMP, junho 1983, pp. 7-11).

2.ª Fase: 1970 a 1984

Em 1970, por determinação do Conselho Federal de Educação, a Pós-Graduação em Lingüística transfere-se do Museu Nacional para a Faculdade de Letras. Os integrantes do Setor de Lingüística, contando agora pouquíssimo com o Summer Institute of Linguistics, que afirmara convênio mais interessante para seus propósitos de proselitismo religioso diretamente com a Fundação Nacional do Índio, via-se reduzido a 4 pessoas. Falecera o Prof. Mattoso Camara e esses professores deveriam, para cumprir a carga horária determinada pela nova legislação do tempo integral agora institucionalizado nas Universidades, dividir seu horário com cursos na Faculdade de Letras, quer como alunos aspirantes ao grau de mestre ou de doutor, quer como professores, ou os dois concomitantemente. O Prof. Aryon Rodrigues deixa em 1972, a direção dos trabalhos e passa a coordenar a Pós-Graduação na UNICAMP.

Se por um lado, isso significava uma possibilidade mais organizada para a institucionalização do campo da Lingüística Geral, para as línguas indígenas significa uma mudança de meios de atuação.

Ao descrevermos no período anterior o ambiente de trabalho de que se desfrutava, não nos move qualquer sentimento de saudosismo. Queríamos, apenas, mostrar que cada instituição tem sua trajetória e seu modo de ação, enfim, sua história e muitas vezes o destino de um campo está ligado à estrutura de uma instituição. O remanejamento dessa estrutura, sua "modernização", pode acarretar uma desaceleração no ritmo do desenvolvimento do campo. Cortadas as raízes, a tradição, se a instituição continuar a se manter, muito tempo terá pela frente para retomar seu antigo impulso e crescimento.

Se o Museu Nacional se caracteriza por ser um privilegiador da pesquisa, a Faculdade de Letras, oriunda da Faculdade de Filosofia, criada dentro de um espírito francês, tinha como fim formar professores para o ensino médio. A pesquisa na área de Letras é mais representada pelo trabalho individual de cada um dos professores, feita em sua casa, sem verbas, à custa própria. O tempo integral surgiu de fora para dentro e não havia acomodações para

a permanência de professores, nem dos alunos, nem para a guarda de material.

Esse contexto é, a meu ver, bem desfavorável para a implementação do estudo das línguas indígenas.

Em primeiro lugar, lida-se com línguas ágrafas cujo estudo exige uma técnica específica, para seu registro e análise nem sempre necessária para as chamadas línguas de civilização, que são as de interesse nas Faculdades de Letras. Em segundo, exige-se um trabalho de equipe e de espaço para tal, o que não se encontra na Faculdade de Letras. A troca de experiência é nesse campo fundamental, pois trata-se de línguas ainda não estudadas e torna-se indispensável a comparação sistemática dos resultados alcançados que permitam um avanço menos demorado. O trabalho individual é dificílimo e torna a pesquisa mais lenta e fatigante. Em terceiro, o período de coleta de dados tem de se reduzir à época das férias, muitas vezes nada apropriado para a ida à aldeia, devido a secas ou chuvas que dificultam o acesso à área. Isso, sem falar na exigüidade de permanência: dois meses numa aldeia indígena é muito pouco para quem tem de partir do nada para realizar qualquer tipo de estudo. Acrescente-se a isso o custo de uma pesquisa que implica em grandes deslocamentos espaciais, uso de gravadores, fitas eletromagnéticas de boa qualidade. As Faculdades de Letras sempre prescindiram desse material e o aluno que se dedicar às línguas indígenas deverá providenciar o custeio de suas viagens e do material necessário se não puder fazê-lo — como soe acontecer — às suas próprias expensas. Mais grave é a falta de oportunidade de trabalho.

Como professor de português ou de inglês ou de lingüística geral sempre encontrará um emprego quer na rede particular, quer na pública. Mas se nem as universidades estaduais ou federais têm atualmente boas condições para executarem suas tarefas básicas. o que dizer de uma proposta que implica enormes gastos, cuja reversão imediata é duvidosa?

Novas Estratégias

Dentro desse contexto é evidente que houve necessidade de se repensar o modo de levar avante a tarefa proposta pelo Setor de Lingüística em seu regimento de criação.

A finalidade de fazer um estudo intensivo de igual peso para todos os níveis de uma gramática de preferência de uma língua

jamais estudada, com fins comparativos, exigia uma equipe maior, cujos membros tivessem a possibilidade de passar longoos períodos no campo para a coleta de dados. Como vimos, nas atuais circunstâncias, isso não é possível. Procuram-se, então, novas estratégias de ação, usando-se para tal os novos recursos que a implementação da pós-graduação trouxe através da reformulação do CNPq e da CAPES.

A pesquisa no Setor passou a funcionar em termos de um plano central ao qual se agregariam, como auxiliares, alunos de pós-graduação para daí retirarem o material de suas teses de mestrado ou doutorado. Aqueles que desejassem continuar a trabalhar com línguas indígenas poderiam fazê-lo após a obtenção de seus títulos como pesquisadores bolsistas, categoria garantida pelo CNPq. Assim, o pesquisador-professor poderia exercer sua atividade didática em qualquer outra instituição quer universitária, quer secundária e realizar suas tarefas de pesquisa no Museu Nacional.

A pesquisa será, pois, realizada em tempo parcial e como tal sofre, necessariamente, uma diminuição de ritmo. Isso, porém, é um dano menor, pois pode-se ganhar em profundidade. Trabalhando em termos de problemas de descrição de uma língua única como um todo completo e acabado, tem-se uma base mais sólida de comparação para uma visão mais abrangente dos processos lingüísticos.

Assim, a equipe vem aumentando paulatinamentee sem aquele temor de um dia esfacelar-se. A instituição não tem o compromisso de conseguir uma vaga em seus quadros — embora isso fosse altamente desejável — para fixar integralmente o pesquisador. Seria irrealista no contexto atual. E assim se consegue um desenvolvimento prolongado de uma pesquisa, que não se esgotará na dissertação de mestrado ou tese de doutorado. Há lugar e meios para o continuar a desenvolvê-la, mesmo que não seja na qualidade de "empregado" da instituição.

Os alvos por demais ambiciosos da fase incial tiveram, assim, de ser deixados de lado.

Com a pós-graduação outras instituições passaram a ter as línguas indígenas como seu campo de ação. A Universidade de Campinas acolhe no Instituto de Estudos da Linguagem para orientação de alunos de pós-graduação com teses sobre línguas indígenas brasileiras e fundou para fins de intercâmbio e de diálogo o GEPLI (Grupo de Estudo de Pragmática das Línguas Indígenas). Na Universidade Federal de Pernambuco foi criado o Núcleo de Estudos

Indígenas (NEI), ligado ao Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicações.

Lingüística e Antropologia

Das instituições brasileiras a única que mantém um Setor de Lingüística vinculado a um Departamento de Antropologia e em que a Lingüística constitui uma área de concentração menor no Programa de Pós-Graduação é o Museu Nacional. Nas demais não existe qualquer ligação formal entre a Lingüística e a Antropologia. A Lingüística, como foi dito, é ensinada nos Institutos de Letras, em maior aproximação com as áreas de literatura e de ensino do português e de línguas estrangeiras .Nos cursos de Antropología, quer na graduação, quer na pós-graduação, não há a disciplina de Lingüística em qualquer uma das suas modalidades.

A experiência vivida no Museu acional é, pois, singular e merecedora de ter avaliada sua eficácia numa atitude crítica à la Castro Faria.

A pergunta principal, a meu ver, seria: o que distingue uma Lingüística orientada para cursos de Letras e outra orientada para cursos de Antropologia?

Em primeiro lugar, está a natureza do que é investigado. Enquanto que o objeto da investigação nos cursos de Letras são línguas com uma tradição escrita para a qual se possui informantes bastante sofisticados, o estatuto de fundação do Setor de Lingüística do Museu Nacional elegeu como sua primeira opção "o tombamento das línguas indígenas brasileiras". Essas línguas dispõem somente da tradição oral e caberá aos lingüistas que a elas se dediquem depreender a gramática da língua em todas as suas etapas. Não há qualquer auxílio intermediário, nem qualquer previsão, nem qualquer "intuição do falante nativo" de que se possa lançar mão. Além do mais, a pesquisa com línguas indígenas, como também já foi ressaltado, obriga ao deslocamento espacial e cultural: a ida ao campo.

Nisso talvez resida a maior fonte da identidade entre lingüística e antropólogo. Para o lingüista que segue o chamado "modelo Museu Nacional" a ida ao campo, o "fazer a cabeça" em outras paragens, o tentar entender de dentro uma outra sociedade, passou a ser um ritual de passagem, adquirindo um caráter emblemático que separa um tipo de pesquisador de outro (cf. B. Franchetto, Y. Leite — *op. cit.*). Assim, o que junta esse tipo de lingüista aos

antropólogos é essa experiência em comum, uma vez que o trabalho de campo, a vivência na aldeia, não é parte intrínseca da metodologia para se descobrir o outro, como o é para a Antropologia. As análises de que dispomos até o momento poderiam muito bem ser feitas com o uso de um informante no gabinete de trabalho do pesquisador. A ida ao campo nos modelos lingüísticos desenvolvidos até agora é mais uma idealização do lingüista do que uma necessidade de sua disciplina.

"É uma configuração formal de fundo representativo. É um microcosmos da cultura. Tem uma configuração própria, vive de si, sem estar ligada à cultura de maneira indissolúvel. Serve para a informação, a manifestação psíquica e o apelo; mas a sua essência é o caráter representativo e o que temos de estudar nela, enquanto lingüistas, é esse seu caráter" (p. 26). E mais, "Podemos, por isso, estudar uma língua na base de um só informante. Esse informante, evidentemente, vai nos comunicar a sua língua, e a rigor não podemos garantir, que os demais membros da comunidade a tenham exatamente igual, embora possamos partir do pressuposto de que aquilo que ele está nos transmitindo é, de maneira geral, a língua da coletividade, onde ele vive e se comunica normalmente sem provocar estranheza ou reparos" (p. 25).

Se a visão acima traduz de modo inequívoco uma conceituação estruturalista dos anos 50, o panorama nada ou em pouco mudou com o modelo chomskiano adotado a seguir. Trabalha-se também um falante — ouvinte ideal. A metodologia, porém, sofistica-se, exige que o lingüista traduza as intuições do falante nativo, isto é, a gramática por ele internalizada, cujos mecanismos seriam universais. Assim, a concepção relativista de língua como microcosmo da cultura fica bastante ameaçada e rompe-se mais um dos laços tradicionais que uniam a Lingüística à Antropologia. O outro laço — o da Lingüística como fornecedora de um método para as ciências sociais — é também posto em dúvida, pois a idealização e conseqüente abstração a que chegou a gramática transformacional com sua formalização, deixa bem menos evidentes as possibilidades de aplicação imediata do que a noção de fonema e traços contrastivos formulada por Jakobson, em que se apoiou Lévi-Strauss.

Com a lingüística preocupada em "definir um domínio cognitivo específico, uma faculdade mental em particular, a faculdade da linguagem" (N. Chomsky — *Regras e Representações. A inteligência humana e seu produto*. p. 13), somente através da Psicologia Cognitiva se daria uma união maior entre as duas disciplinas. Seria

necessário que o antropólogo estivesse interessado em descobrir quais os mecanismos da inteligência e criatividade humana que levam a que certas sociedades possuam sistemas de parentesco e jogos verbais altamente complicados.

Seria necessário, pois, despojar-se de qualquer visão funcionalista e fixar-se na procura de processos cognitivos: "os gregos fazem a teoria dos números, outros fazem sistemas de parentesco". (N. Chomsky — *Diálogos com Mitsou Ronat*. p. 66). Mas daí a achar que os mecanismos lingüísticos correspondem aos mesmos mecanismos da cognição é por "os carros diante dos bois", pois mal se começa a entender como esses processos se dão na esfera da linguagem humana.

A cooperação entre lingüistas e antropólogos deveria se dar em nível bem mais teórico do que a mera aplicação de métodos, a obtenção de um vocabulário em que estivessem retratados os campos semânticos e subseqüente visão do mundo, ou a aplicação de uma técnica que possibilitasse o aprendizado de uma língua ágrafa.

Se passamos ao domínio da língua em seu uso, em seu contexto social, a divergência é bem marcante. Há os que nem ao menos revalidam esse tipo de procura como uma tarefa da Lingüística e as respostas que temos atualmente, enquanto lingüistas, de como efetuar esses estudos são tão variadas e polêmicas que enveredar por esse caminho traz mais incertezas do que certezas.

De qualquer modo, um diálogo mais profícuo entre lingüistas e antropólogos em nosso meio só poderá se estabelecer no momento em que um passe a conhecer melhor o outro, e procure saber a natureza de suas perguntas.

E esse foi o empenho de Luiz de Castro Faria, ao dar uma forma ao Setor de Lingüística e ao convidar sistematicamente lingüistas para fazerem palestras em seus cursos.

É mais uma busca, mais uma tentativa de ver uma Antropologia realizada em todos os seus aspectos, um "a quem interessar possa", título de seus seminários no Museu Nacional, onde quem quer vai, fala, discute, concorda, discorda. Não há o compromisso *a priori* com teorias ou com métodos. A única exigência é o da competência e seriedade.

Foi esta a história da Lingüística que eu vivi nos vinte e quatro anos de convivência diária com o Prof. Luiz de Castro Faria. Ele abriu um espaço, estruturou-o, forneceu os meios, entregou a direção ao mais capacitado, Prof. J. Mattoso Camara Jr., permitindo que esta história assim fosse feita.